

ARTIGOS

NO ENTRE-LUGAR DO CORPO, GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA: ENCONTROS COM OUTRAS CRIANÇAS E INFÂNCIAS

Alexsandro Rodrigues¹

Castiel Vitorino Brasileiro²

Jésio Zamboni³

29

Resumo: Narrativas, imagens, cenas de crianças e infâncias comparecem nessa escrita com objetivo de colocar em destaque outras possibilidades de compreensão de subjetividades crianceiras em relações dissidentes com o corpo, gênero, sexualidade e raça. As crianças e infâncias nesse artigo, efeitos interseccionais de relações de saberes e poderes em seus processos de subjetivação em desvios, nos permitem, na potência de suas presenças, sentir e desejar a vida como novidade, funcionando como contradispositivos que fragilizam o desejo de norma. O artigo em questão se vale de aproximações com os estudos pós-estruturalistas, estudos da infância, estudos decoloniais e queer. Com a força dessas crianças sexualizadas e racializadas, podemos sentir que outras histórias precisam ser contadas e valoradas.

Palavras-chave: criança, infância, corpo, gênero, sexualidade, raça.

Introdução

Para compreendermos as relações de poder e as técnicas de saber que operam na constituição do sujeito moderno, pelo dispositivo da sexualidade nos entrecruzamentos com as dimensões de raça, classe e território, faz-se necessário nos valermos de apostas éticas e políticas que nos permitem sentir os processos de resistência e de criação em subjetividades crianceiras. Na emergência daquilo que nos toca, pelas suas relações com as forças do mundo em sua interpelação heterotópica

¹ Doutor em Educação e professor do Departamento de Teorias e Práticas Educacionais e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: xela_alex@bol.com.br

² Aluno do bacharelado em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: castielvitorinob@gmail.com

³ Doutor em Educação e professor colaborador Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: jesiozamboni@gmail.com

com o presente, as crianças (des)viadas e (des)avisadas, foco desse ensaio, aproximam-nos dos estudos pós-estruturalistas, filosofia da diferença, estudos decoloniais, estudos queer e da infância. Recorremos a esses campos de pensamento em suas afinidades para pensar, desejar e, também problematizar a criança em dissidências como potência na produção de outras formas de existir.

As narrativas disciplinares as mais diversas, incluindo as que podemos ler em obras de arte, com seus discursos hegemônicos contam histórias de crianças capturadas pela norma com seus jogos binários de dentro-fora, inclusão-exclusão, normal-anormal, e nessas narrativas, na objetividade que pretendem a ordem desses discursos, afirmamos que não nos reconhecemos, pois diz respeito a uma forma-corpo subalternizada em lógicas colonizadoras. Imagens as mais diversas não nos faltam para nos dizer o desejo de norma e o medo que o mundo adulto tem das crianças que não correspondem ao que delas se espera.

Figura 1 - Cronos cortando as asas de Cupido



Fonte: Mignard (1694)



Foucault (1987), em “Vigiar e Punir”, nos permite aproximar imagens em narrativas hegemônicas, que podem se apresentar em localizações espaço-temporais distante de nós em seu desejo por disciplinar o corpo e as práticas criancceiras. Pelas paredes de espaços de cultura, consagrados como espaço civilizatório, podemos encontrar a presença mítica de deuses e semideuses que, nos usos paradoxais de seu poder, atuavam sobre os humanos e quase humanos, com eles conviviam, se misturavam e produziam tempos e espaços cindidos. Pierre Mignard (1694), ao retratar as tesouras que cortam as asas de Cupido, aproxima práticas disciplinares de tempos dentro do tempo e faz reverberar uma forma de poder adultocêntrica colonizadora que dialoga com o poder disciplinar, cuja análise fora tão bem desenvolvida por Foucault (1987). O poder disciplinar é uma forma de poder que atua sobre um corpo, docilizando, buscando-o tornar produtivo. A imagem a qual aqui recorreremos alerta-nos para a centralidade que o corpo, especialmente o da criança enquanto corpo em intensa metamorfose assume e, não nos deixa esquecer, que sua materialidade é uma realidade de investimento político. Nesse sentido,

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que tem uma realidade, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior do corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos — de uma maneira mais geral sobre os que são vigiados, treinados e corrigidos, sobre os loucos, as crianças, os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados a um aparelho de produção e controlados durante toda a existência. (...) Sobre essa realidade-referência, vários conceitos foram construídos e campos de análise foram demarcados: psique, subjetividade, personalidade, consciência, etc.; sobre ela técnicas e discursos científicos foram edificados; a partir dela valorizaram-se as reivindicações morais do humanismo. (...) A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo. (FOUCAULT, 1987, p. 28-29)

Pensando, com Foucault (1987), a alma como prisão do corpo, dos corpos que são vigiados permanentemente — as crianças, os pobres, os loucos, os negros, as crianças (des)viadas e (des)avisadas, as mulheres e etc. — não nos restam dúvidas que exercícios de poder e saber como os da mitologia, da teologia, da medicina, da psiquiatria, da psicologia, da pedagogia, dentre outros, insistentemente se colocam em cena, com narrativas que buscam capturar subjetividades desviantes na produção de conhecimento sobre os sujeitos que importam. De certo modo, é possível, em diálogos com os estudos de Foucault (1987, 2014), acompanhar sem intenção de produção de linearidade histórica, fios de realidades dispersas que se conectam pelas franjas na produção de um poder-saber, sobre o corpo e sobre aquelas realidades e subjetividades que decidimos nomear por crianças e infâncias.

A vigilância, a disciplina, o controle e a punição arranjam a produção da alma infantil no corpo da criança pelo sequestro e pela promessa de correção, muito bem explorados por Foucault (1987) ao apresentar uma gravura do século XVIII da “Máquina a vapor para a rápida correção das meninas e dos meninos”⁴.

Figura 2 – Máquina a vapor para a rápida correção das meninas e dos meninos



Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France

Fonte: Aaron e Gautier (1820)

Cronos cortando as asas de Cupido e a Máquina a vapor que busca corrigir meninos e meninas indisciplinados não fazem parte de narrativas encontradas apenas em arquivos de bibliotecas, paredes de igrejas cristianizadas e museus. No contemporâneo, esses dispositivos disciplinares se fazem sentir e acontecer com

⁴ Sob a imagem, pode-se ler: “Avisamos aos pais e mães, tios, tias, tutores, tutoras, diretores e diretoras de internatos e, de modo geral, todas as pessoas que tenham crianças preguiçosas, gulosas, indóceis, desobedientes, briguentas, mexeriqueiras, faladoras, sem religião ou que tenham qualquer outro defeito, que o senhor Bicho-Papão e a senhora Tralha-Velha acabaram de colocar em cada distrito da cidade de Paris uma máquina semelhante à representada nesta gravura e recebem diariamente em seus estabelecimentos, de meio-dia às duas horas, crianças que precisam ser corrigidas. Os senhores Lobisomem, Carvoeiro Rotomago e Come-sem-Fome e as senhoras Pantera Furiosa, Caratonha sem-Dó e Bebe-sem-Sede, amigos e parentes do senhor Bicho-Papão e da Senhora Tralha Velha, instalarão brevemente máquina semelhante, que será enviada às cidades das províncias e eles mesmos irão dirigir a execução. O baixo preço da correção dada pela máquina a vapor e seus surpreendentes efeitos levarão os pais a usá-la tanto quanto o exija o mau comportamento de seus filhos. Aceitam-se como internas crianças incorrigíveis, que são alimentadas a pão e água.” (FOUCAULT, 1987, s. p.).

outros formatos, roupagens e rostos. Esses dispositivos podem ter o rosto da família, da escola, dos discursos igrejeiros, da literatura infantil, dos contos que se contam e recontam, dos desenhos animados, das novelas e filmes feitos para a criança ideal. Podem ainda ter o rosto das inúmeras legislações que produzem uma realidade criança e que sequestram as crianças. As tesouras que cortam as asas de Cupido e a Máquina a vapor com suas promessas de correção podem ter a forma de cinto, chinelo, vara, pedra, faca, revólver, psicotrópicos, instituições de reclusão, etc... Imagens e narrativas buscando o corpo, a criança e a família idealizados em desejos de norma não pararam de ser inventadas e distribuídas por onde a vida acontece.

Outras máquinas a vapor

Compreender como estamos nos relacionando com as crianças exige-nos investigações sobre os modos de controle e de violência efetuados por tecnologias não descritas por Foucault, como por exemplo os variados modelos de mochilas – “coleiras para crianças”, como são conhecidas e vendidas a partir do uso aconselhado em situação de risco de perda da criança.

Figura 3 – Coleiras para crianças



Fonte: <http://nywithkids.blogspot.com.br/2011/03/coleiras-para-criancas.html>

Ressaltamos com Foucault (2014), ao refletir sobre a cruzada contra a masturbação das crianças a partir do século XVIII, que essa mochilinha-coleira,

assim como a campanha contra masturbação, não tem como alvo as crianças das “classes populares”.

[...] trata-se essencialmente de uma cruzada que diz respeito às crianças e aos adolescentes dos meios burgueses. É sempre no interior desses meios, nos estabelecimentos escolares que lhes são destinados, ou ainda, e sempre a título de orientações dadas às famílias burguesas que a luta antimasturbatoria é posta na ordem do dia. [...] o que vemos não é o questionamento da sexualidade, mas da masturbação, e da masturbação na criança e no adolescente burguês. (FOUCAULT, 2014, p. 205-206)

Essa campanha antimasturbação não se reduz à Europa e sua força disciplinadora não pode ser localizada somente entre os séculos XVIII, XIX e XX! Sua força, entre risadas e medos, reverbera e se distribui entre nós. Rememorando, podemos lembrar cenas e discursos que nos diziam: “Menino o que você tá fazendo nesse banheiro que demora tanto?”, “Menino você sabia que nasce cabelo na mão de quem se masturba? Me dê sua mão, deixa eu ver!”, “Em menino que se masturba nasce peitinho”, “Menino que se masturba, que brinca de mexer no peruzinho, dá leite igual à mulher”, “Menino que se masturba não consegue fazer filho!”, “Menino que se masturba fica com o peru atrofiado!”, “Menino, não adianta fazer bobagem escondido de mim. Deus vê tudo!” “Fiquem atentos aos meninos nos banheiros da escola! Eles adoram fazer coisas erradas!”.

A infância cabe em outros dispositivos de controle

Situando o Brasil como território-nação que busca legislar sobre as crianças e a infância, aproveitamos para chamar atenção à necessidade de produzir estudos descolonizados sobre criança, estudos que compreendam como a geografia da política influencia na produção de conhecimento, violência e felicidade de crianças. A nação brasileira institucionaliza a criança através da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, conhecida como “Estatuto da Criança e do Adolescente” (BRASIL, 1990), da seguinte forma:

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

De posse desse artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), nos fazemos questões. Toda vida nessa faixa etária, vivida na temporalidade de sua presença e de seu presente, é considerada uma vida criança? Entendemos que existe

uma rede de saberes e poderes que se retroalimentam das tecnologias da colonização, do racismo e da heteronormatividade. Não podemos esquecer que nossas relações culturais e nossas legislações para pensar e desejar a criança e a instituição infância ainda estão orientadas pelo desejo de anulação da diferença e da novidade presente no corpo criança. Sobre tais processos de aniquilamento, os artigos seguintes do referido Estatuto se posicionam.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Será!?... Toda criança cabe aqui nesses artigos? Com nossos corpos e subjetividades que desafiam a ordem, dizemos que não. Não podemos esquecer que o desejo da nação brasileira foi produzido sob orientação de tecnologias higienistas, eugenistas, embranquecedoras, hetero-compulsórias, misóginas e burguesas. Ou seja:

O desejo da nação conduzia um projeto de hegemonia política que encarava a sociedade como uma realidade biológica, racialmente classificável e cuja harmonia dependia do seu embranquecimento. Negros, mulheres e os recentemente denominados de homossexuais eram vistos como “ameaças” à ordem, daí começaram a ser associados à anormalidade, ao desvio e até mesmo à doença mental. Como seres “sob suspeita”, justificavam demandas estatais, sobretudo médico-legais, de controle e disciplinamento. (MISKOLCI, 2012, p. 39)

Dentro desse contexto de desejo de nação, perguntamo-nos sobre como as famílias brasileiras lidam com a criança negra testiculada que desobedece às normas do gênero com as quais pretendem categorizá-la como homem. Ressaltamos, a partir de Foucault (2014), que a nação brasileira é herdeira de três figuras que nos assombram. São elas:

O monstro humano. Velha noção cujo quadro de referência é a lei. Noção jurídica, portanto, mas no sentido lato, pois não se trata apenas das leis da sociedade, mas também das leis da natureza; O campo de aparecimento do

monstro é um domínio jurídico-biológico. Sucessivamente, as figuras do ser meio homem, meio bicho (valorizadas principalmente na Idade Média), as individualidades duplas (valorizadas principalmente no Renascimento), os hermafroditas (que levantaram tantos problemas nos séculos XVII e XVIII) representaram essa dupla infração; O que faz que um monstro humano seja um monstro não é tão-só a exceção em relação à forma da espécie, mas o distúrbio que traz as regularidades jurídicas (quer se trate das leis do casamento, dos cânones do batismo ou das regras da sucessão). O monstro humano combina o impossível e o interdito. 2) O indivíduo a corrigir. É um personagem mais recente que o monstro. E menos o correlato dos imperativos da lei e das formas canônicas da natureza do que das técnicas de disciplinamento com suas exigências próprias. O aparecimento do "incorrigível" é contemporâneo à instauração das técnicas de disciplina, a que assistimos durante o século XVII e o século XVIII – no exército, nas escolas, nas oficinas, depois, um pouco mais tarde, nas próprias famílias. Os novos procedimentos de disciplinamento do corpo, do comportamento, das aptidões abrem o problema dos que escapam dessa normatividade que não é mais a soberania da lei. 3) O onanista. Figura totalmente nova no século XVIII. Aparece em correlação com as novas relações entre a sexualidade e a organização familiar, com a nova posição da criança no meio do grupo parental, com a nova importância dada ao corpo e à saúde. Aparecimento do corpo sexual da criança. (...) Podemos dizer esquematicamente que o controle tradicional das relações proibidas (adultérios, incestos, sodomia, bestialidade) foi acompanhado pelo controle da "carne" nos movimentos elementares da concupiscência. (...) De fato, essa cruzada não assume, pelo menos no século XVIII, a forma de uma disciplina sexual geral: ela se dirige, de maneira privilegiada, se não exclusiva, aos adolescentes ou às crianças, mais precisamente ainda aos filhos das famílias ricas ou remediadas. Ela coloca a sexualidade, ou pelo menos o uso sexual do corpo, na origem de uma série indefinida de distúrbios físicos que podem fazer sentir seus efeitos sob todas as formas e em todas as idades da vida. (FOUCAULT, 2014, p. 285-287)

Obviamente, uma lei que objetiva proteger uma criança ideal, e que em 2018 completa 28 anos de existência, não resolve as demandas produzidas em quatro séculos de escravidão e cinco séculos de colonização do Brasil. Esta mesma lei é recente e tenta se efetuar num contexto “desfavorável” ao sujeito que ela *busca proteger*. As crianças continuam sendo agredidas constantemente e das maneiras as mais variadas, sobretudo com o pretexto de serem protegidas dos monstros. Nossa pesquisa preocupa-se com certo grupo dessas crianças violentadas, aquele que costumamos xingar/categorizar como “criança viada”.

Estamos criando caminhos, dentro desta pesquisa, que nos levam às experiências de resistência decoloniais produzidas por essas crianças (in)subalternizadas. O jeito que lidamos com a insistência da existência da criança preta viada é um analisador de nossas contemporâneas relações de colonização e descolonização. Pensamos então que nosso desafio é o de nos permitirmos “criar-nos”, não num sentido de procurarmos um purismo assexuado e uma inocência da criança perdida em nossa mesmidade idealizada. Estamos pensando crianças, aqui, próximos aos sentidos que Jorge Larrosa (2015) pensa o sujeito da experiência. Por



isso, pensamos e desejamos com Larrosa a criança como território de passagem, ponto de chegada, lugar dos acontecimentos, atividade e passividade feitas de paixão, lugar que se prova e se transforma. Por infância compreendemos, com ajuda de Jorge Larrosa (2017), os dispositivos que abrigam, organizam e buscam universalizar o sujeito criança em narrativas e desejos que simplificam o que a nós se apresenta como complexo e fugidio. Com este autor, aprendemos que

A infância é algo que nossos saberes, nossas práticas e nossas instituições já capturaram: algo que podemos explicar e nomear, algo sobre o qual podemos intervir, algo que podemos acolher. A infância, desse ponto de vista, não é outra coisa senão um conjunto de saberes mais ou menos científicos, a coisa apreendida por um conjunto de ações mais ou menos tecnicamente controladas e eficazes, ou a usuária de um conjunto de instituições mais ou menos adaptadas às suas necessidades, às suas características ou às suas demandas. (LARROSA, 2017, p. 230)

Ainda, como tentativa de melhor nos explicar na ambiguidade que criança e infância instalam para nós, afirmamos que a criança é o lugar e o território possível da novidade e da transformação. A criança “[...] é um outro: aquilo que, sempre além de qualquer tentativa de captura, inquieta a segurança de nossos saberes, questiona o poder de nossas práticas e abre um vazio em que se abisma o edifício bem construído de nossas instituições de acolhimento” (LARROSA, 2017, p. 231). Nossa aposta com a vida se faz no convite de criarmos como ação permanente diante do novo e da novidade. Ou seja, a criança a nós se mostra como força vital e resistência experienciada diante dos mecanismos mortificantes que organizam a vida de adultos, produzindo neles o desejo de capturar aquilo de que eles têm tanto medo, pois perderam: a potência plástica do corpo, a capacidade de sonhar e desejar a alteridade por companhia.

Quem somos nós, adultos?

Somos nós, sujeitos identitários, vestidos com as roupas de tamanho único da adulez, que queremos e precisamos cristalizar as crianças em certas identidades: criança viada, criança preta viada, criança sapatona, criança trans, criança demônia, criança ladra, criança perigosa... criança. Tomamos assim as palavras como “palavras de ordem”, esquecendo seu funcionamento como “senha de passagem” que possibilita acessar territórios e meios de existência (DELEUZE; GUATTARI, 1995), para prender os sujeitos à lógica representacional da mesmidade. Somos nós os colonizadores que tentamos organizar a alteridade infantil em inúmeras e falhas

categorizações pelas instituições de sequestros muito bem conhecidas pelas razões adultocêntricas. Somos assim sequestradores, como apontam René Schérer e Guy Hocquenhen (2016, p. 155):

No sequestro, ao contrário do rapto, a criança não é roubada por si mesma, pelo que vale como ser ou objeto de desejo. O sequestro é uma relação entre adultos, em que a criança se apresenta apenas como objeto supostamente precioso para seus pais, único alvo de barganha.

Por isso, é preciso compreender que nossos arranjos identitários são capturas in aberto de nossa plasticidade corpórea. O desejo de nomear para ordenar e disciplinar a criança ocorre junto ao processo de corporificação da adultez para produzir um corpo enrijecido e atrofiado. É por isso que os rápidos e certos movimentos das crianças nos deixam irritados e assustados, pois não possuímos elasticidade o bastante para transitar por todo o espectro identitário que nós mesmo criamos: identidades étnico-raciais, sexuais, nacionais, dentre outras. E, quando visualizamos as crianças fazendo isso, correndo entre opostos dos gêneros racializados, raivosos tentamos estacioná-las.

Quando percebemos o funcionamento da novidade e capturamos as crianças que a produzem e a experimentam, estamos produzindo uma interpretação propositalmente indevida daqueles processos grupais que tanto nos amedrontam. Processos coletivos de masturbações, de arrombamentos de portões, de roubos, de mentiras, de gargalhadas de deboche, de desobediência extrapolam tais tentativas de interpretação. Não apostamos então na ingenuidade dos adultos, pois, sem muito esforço, sabemos que há séculos estamos criando maneiras de frear os movimentos de diferenciação produzidos pelas crianças.

Criança, infâncias e sexualidades

A sexualidade da criança e o engodo por meio do qual a família sólida, afetiva, substancial e celular se constituiu e ao abrigo do qual a criança foi subtraída da família. A sexualidade das crianças foi a armadilha na qual os pais caíram. É uma armadilha aparente - quero dizer, uma armadilha real, mas destinada aos pais. Ela foi um dos vetores da constituição dessa família sólida. Ela foi um dos instrumentos de troca que permitiram deslocar a criança do meio da sua família para o espaço institucionalizado e normalizado da educação. Foi essa moeda fictícia, sem valor, essa moeda falsa que ficou nas mãos dos pais; uma moeda falsa que os pais, no entanto, como vocês sabem, tem em grande apreço, pois ainda em 1974, quando se discute sobre dar educação sexual para as crianças na escola, os pais teriam o direito, se conhecessem a história, de dizer: faz dois séculos que nos tapeiam! Faz dois séculos que nos dizem: deem-nos seus filhos, mas nós garantimos a vocês que a sexualidade deles se desenvolvem num

espaço familiar controlado por vocês. Deem-nos seus filhos e o poder de vocês sobre o corpo sexual deles, sobre o corpo de prazer, será mantido. E agora as psicanalistas começam a dizer: "A nós, o corpo de prazer das crianças!"; e o Estado, os psicólogos, as psicopatologistas, etc. dizem: "A nós, a nós, essa educação!" Aí é que está a grande tapeação na qual o poder dos pais caiu. Poder fictício, mas cuja organização fictícia permitiu a constituição real desse espaço de que se fazia tanta questão pelas razões que eu lhes dizia há pouco, esse espaço substancial em torno do qual a grande família relacional se encolheu e se restringiu, e no interior do qual a vida da criança, a corpo da criança foi ao mesmo tempo vigiado, valorizado e sacralizado. A sexualidade das crianças, a meu ver, diz muito menos respeito às crianças do que aos pais. Em todo caso, foi em torno dessa cama duvidosa que nasceu a família moderna, essa família moderna sexualmente irradiada e saturada, e medicalmente inquieta. E essa sexualidade assim investida, assim constituída no interior da família, que os médicos - que desde fins do século XVIII já tem controle sobre ela - vão retomar em meados do século XIX, para constituir, com o instinto de que lhes falei nas sessões precedentes, o grande domínio das anomalias (FOUCAULT, 2014, p. 224-225).

Em função deste investimento de pesquisa, de estudos e encontros os mais diversos com as crianças que somos e nunca fomos, compreendemos, com os autores que conosco tecem o texto, a criança como uma forma cultural e analítica de extrema importância para colocarmos em suspensão as ideias e desejos de desenvolvimento e progresso. As crianças que nos fazem companhias nesta escrita, por serem feitas e refeitas em jogos de rememoração e narração, não cola a essa lógica de desenvolvimento e progresso. Seu tempo e existência é o presente. As nossas crianças são lampejos de nós mesmos. Aqui, as crianças que nos interessam e nos fazem cócegas se fazem de tempos dentro de tempos. Elas podem ter qualquer idade, até não ter idade! As categorias explicativas “criança e infância”, por sua vez, estão atravessadas por relações de poder, que ao retirar a humanidade de algumas pessoas para atribuí-la a outras, conseguem produzir um ideal branco, burguês e assexuado de criança. A criança como senha de passagem, como signo que não representa nada, ao invés, convoca a pensar outras maneiras de vida, em dissidência radical com as heteronormatividades racializadas.

Eu não consigo lembrar claramente em qual idade tive minhas primeiras experiências sexuais infantis, mas me lembro de algumas. Eu tive um amigo de infância, vou chama-lo de J, era mais novo que eu uns dois anos. A gente sempre brincava muito. Eu era bem pequeno, acho que tinha uns quatro ou cinco anos, eu e ele sempre gostávamos de brincar até o início da noite, que era o momento que minha família voltava do trabalho, e tiveram momentos que brincávamos um com o outro de “troca-troca” e isso sempre ficou guardado como um segredo nosso. (Informação oral)

As práticas crianceiras de produção de si na relação com o outro apresentam-se então como o conjunto de condições que possibilitam a existência de cada criança.

Conclui-se que existe um esforço de tempos dentro de tempos na produção política da categoria e do sujeito da infância. Na contramão do dispositivo da infância ordenada e organizada, encontra-se a criança preta viada comparecendo como contradispositivo capaz de fragilizar os desejos de nação branca e heterossexualizada.

Crianças negras, pobres e viadas: vidas antropofagycas

Durante minha infância, morei em um bairro localizado na área periférica de Vitória. Sou o primeiro neto da família, então houve uma preocupação imensa sobre meu corpo. Lembro que meu pai pedia para alguns meninos, mais velhos e mais másculos que eu, prestarem atenção em mim na escola e em qualquer outro ambiente em que eles estivessem por perto. Não o culpo por isso, eu era afeminada e ele temia por violências. Na verdade, o agradeço. Graças a essa preocupação, pude ter experiências muito prazerosas com alguns meninos que passaram a provocar desejo em mim; seja por possuírem corpos que eu julgava serem lindos, ou por tentarem demonstrar preocupação comigo, achava aquilo bonito. (Informação oral)

As crianças que cartografamos nesse trabalho de pesquisa — e muitas delas somos nós próprias — estão atravessadas por uma história de homofobia racializada. Elas são vítimas de um desdobramento do racismo que se acopla com as tecnologias patriarcais e heterocêntricas e, quando podem, não autorizam a existência de corpos femininos que sejam testiculados. Essas tecnologias, que também são racistas, podem ser analisadas como causadoras dos resultados encontrados no Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (BRASIL, 2013), que apontou que o perfil da população LGBTTT mais vitimada é jovem (54%), preta e parda (39,9%), do sexo biológico masculino (73%), gays (24%) e travestis/transsexuais (17%). Nota-se que violência sofrida por crianças empobrecidas, negras e desobedientes de gênero é um analisador que denuncia os processos de subjetivação que são orientados pela supremacia branca e cisheteronormativa, produzindo adultos fascistas, odiosos da diferença.

Neste contexto, nos perguntamos: até quando vamos continuar naturalizando a pedagogia da violência? A violência é explícita, vivemos em uma sociedade organizada por necrorrelações⁵. Então, denunciar tais agressões é necessário. Devemos, na urgência de nossas vidas, aprender a sentir a expansão de outros modos de vida. Ou seja, é preciso se perguntar sobre os motivos que produzem gargalhadas

⁵ Entende-se como necrorrelações as relações de violência desenvolvidas em governos configurados pelo necropoder e necropolítica, como aponta Achille Mbembe (2016, p. 33): “propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos””.



de deboche e sorrisos de alegria em sujeitos (in)subalternizados. O que os faz feliz? Como suas felicidades nos ajudam a produzir novas humanidades? O que se afirma nessas gargalhadas? Acreditamos que é a vida que se afirma nessas gargalhadas, mas não uma vida qualquer, e sim uma vida antropofagica, aos modos de Carlos Henrique Lucas Lima, segundo o qual,

A antropofagia, assim mesmo, com “y”, é um registro pajubeyro definido aqui como uma experiência queer de gongação das normalidades. Trata-se de uma tentativa de nomear o método de apropriação, devoração, e devolução de elementos da cultura heteronormativa realizado pelas linguagens pajubeyras (LIMA, 2017, p. 38)

Neste sentido, em consonância com as ideias de Lima, compreendemos o próprio gesto feminino da criança preta viada como linguagem *pajubeyra*, na medida em que se produz pela devoração e vômito da masculinidade racializada e colonizadora. Com a força da linguagem *pajubeyra*, nos colocamos a pensar sobre como a negritude e a corporeidade de crianças viadas tem nos ajudado a produzir masculinidades e feminilidades que não sejam tóxicas àqueles que as performam e às pessoas em sua volta.

A criança que estamos nos colocando em conversas e memórias, e que tanto nos inquieta, não se importa com as categorias explicativas que a elas impomos em identidades tratáveis e confortáveis. Algumas crianças são capturadas por normas sociais da infância. Disso, não temos dúvidas. O convite à infância como identidade é algo muito sedutor pelas instituições de sequestros com suas apostas no desenvolvimento e no progresso. Precisamos lembrar que a criança comparece em nossas vidas como toda a sua potência quando nos permitimos viver devaneios, ficções, fabulações e ativamos a memória. As nossas crianças têm por lugar a experiência e seus exercícios de memória. Elas se fazem presentes nas políticas de narração. Assim, entre atos de memória e narração são ativadas pelo desejo político de se manterem vivas.

A criança preta viada com as quais aliançamos esperanças acontecem e se fazem existir na força da interseccionalidade. Jasbir Puar (2013) nos atenta para a importância de se pensar a vida que escapa e os processos de (in)subalternização que agenciam uma vida de modo interseccional. Sobre essa questão, a autora nos ensina que

A teoria da interseccionalidade argumenta que todas as identidades são vivenciadas e experienciadas como interseccionais (de tal forma que as próprias categorias são entrecortadas e instáveis) e que todos os sujeitos são interseccionais, independentemente de se reconhecerem ou não como tais. (PUAR, 2013, p. 247).

Isso significa compreender e, também desejar a vida, o corpo e a criança em sua interseccionalidade. Assumimos a necessidade ética e política de pensarmos as crianças e as infâncias em seu entrecruzamento com raça e sexualidade, territorialidade e classe. Não podemos esquecer que as instituições de sequestros atingem os corpos racializados, sexualizados e territorializados de forma diferente. As crianças, ao praticarem espaços geopolíticos diferentes e, também desiguais, são feitas de histórias e de possibilidades que se abrem nas práticas dos entre-lugares. Nesse trabalho pudemos, ao nos encontrarmos com as narrativas interseccionalizadas, percebermos que a criança negra viada está negociando identidades em complexos processos de subjetivação. As crianças são corporeidades e experiências de intensidades que desajustam certos modos de subjetividades e formações de poderes.

Crianças a todo o momento fazem usos indevidos de identidades, mas não porque reivindicam outras nomenclaturas, e sim, porque as dispensam enquanto identificações. Somos nós, sujeitos adultizados, que dizemos que elas estão nos desobedecendo. Não temos dúvidas: isso é o que mais fazem! Esse é o caso de certas crianças negras que acostumamos a xingar de “criança preta viada”, ou apenas “criança viada”. Essas crianças nos incomodam, pois elas produzem pane nas máquinas capitalistas de produção de corpos e subjetividades padronizadas, conseqüentemente produzindo fissuras em nossos modos fascistas de pensar e experienciar a diferença e a novidade. Assim, acreditamos que nosso desafio é produzir outras racionalidades que nos assegurem outra compreensão ética dessas crianças.

Nesse trabalho, tocados por subjetividades dissidentes com as quais compartilhamos implicações políticas, afetos e compromissos, estamos na insurgência da força de presença da criança preta viada, convencidos que seu aparecimento faz funcionar contrapontos e faz problema às tradicionais psicologias, medicinas e pedagogias que universalizam a criança em um modelo de infância burguesa-assexuado. As narrativas que com elas produzimos em conversas se apropriam das expressões “criança viada”, “criança pobre”, “criança favelada” e “criança preta” como forma de transformar insultos e violências em ferramentas de lutas. A “criança preta viada”, presença como novidade em muitos de nós, porque

somos elas e muitas outras, inventa-se na resistência que faz ruir o heterosistema e a branquidade. Nos fragmentos abaixo, narrativas de infâncias bichas pretas interseccionadas por classe, raça, sexualidade e território nos conduzem às ruínas do projeto fascista do padrão homem.

Sou o filho mais velho do último casamento de meus pais. Família evangélica e de criação, sem muita demonstração de afeto. Acho que isso acabou contribuindo bastante para a minha timidez e insegurança. Ser uma criança preta em um bairro periférico com um tom de cor bem mais claro que o seu não ajuda muito. Uma das primeiras coisas que me lembro da minha infância é a admiração pelo corpo masculino. (Informação oral)

Eu tinha 6 anos quando percebi que “o que eu sentia era errado”. Foi quando uma vizinha linguaruda e fofoqueira viu eu e dois primos nos tocando e colocando a boca um no pau do outro atrás da casa de um deles. (Informação oral)

Nesses últimos fragmentos, os narradores localizaram suas experiências em um bairro periférico de Vitória, o São Benedito. Precisamos dizer ainda que os sujeitos dessa pesquisa se autodeclararam como negros, homossexuais e, quando criança, moravam em lugares de periferia. Estas questões, aqui anunciadas, das marcas que fazem o corpo e a subjetividade de um corpo são de extrema importância, pois sabemos que o território e o que se passa nesse território produzem corpos. Joaze Bernardino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016, p.19), a esse respeito não nos deixam esquecer, uma vez que

Afirmar o lócus de enunciação significa ir na contramão dos paradigmas eurocêtricos hegemônicos que, mesmo falando de uma localização particular, assumiram-se como universais, desinteressados e não situados. O lócus de enunciação não é marcado unicamente por nossa localização geopolítica dentro do sistema mundial moderno/colonial, mas é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo.

Considerações finais

Nos relatos que chegaram a nós pelas nossas redes de amizades, pudemos notar que as crianças sempre criaram maneiras de furar o bloqueio ao fluxo de seus desejos. Mesmo sendo denunciadas e castigadas, aquelas crianças ainda continuavam apostando em seu prazer, seus deleites, sua vida em intensidades. Essa criança incomoda, assusta, causa nojo, raiva e zombaria, justamente por ser uma decepção prematura ao projeto sempre igual de uma adultez heterocentrada. Ela decepciona os



colonizadores, ao passo em que, num só gesto, ela consegue desnaturalizar todas as nossas sexualidades racializadas ou raças sexualizadas. Ao desmunhecar seu corpo preto testiculado, essas crianças destroem o sonho da nação-colônia, que deseja que todo corpo negro com pênis não incorpore aquilo que socialmente pertence somente a mulheres cisgêneras, o feminino. Em contraponto a essa ideia biologizante e essencializada de feminino, passamos a compreendê-lo como uma posição no mundo e como força que se contrapõe as lógicas do falo. A feminilidade e o feminino em corpos testiculados e pretos é uma forma de dizer não ao projeto colonial. Ao dizer sobre a bicha, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2017) nos ajudam a compor imagens.

A imagem da bicha desmunhecada, afeminada, tornou-se o contraponto do macho cis heterossexual brasileiro. A transgressão realizada pela bicha e a ambiguidade de um comportamento feminino por um corpo masculino também provocaram a ansiedade masculina e despertaram o medo de que o feminino do outro pudesse estar nele próprio. (OLIVEIRA, 2017, p. 104)

Quando choram, rebolam, pintam a unha, falam fino, brincam de boneca, se masturbam ou transam com outras crianças viadas, essas sujeitas estão reivindicando não uma masculinidade ou feminilidade negras e sim a continuidade de experimentações de todas as (im)possibilidades que seus corpos possuem, sem recurso à identidade. A criança da qual nos aproximamos, sendo elas tão próximas de nós mesmos, através de narrativas de sujeitos já adultos, é um jeito de decolonializar o corpo. Ou seja, é um modo de se posicionar e é uma postura que se aprende em experiências contrárias àquelas permitidas pela adulez colonizadora. Essa postura se aprende de modo coletivo, em dupla, em grupo, em manada, em cardume de crianças pretas viadas. As crianças nunca estão sozinhas, elas se fazem em bando, com outras.

Comprendemos que as crianças pretas viadas são, assim como outras corporeidades, sujeitos decoloniais⁶ que se rebelam contra uma subjetividade branca e heterossexista que as produzem e subalternizam. Na contemporaneidade, em nosso caso, no Brasil, estamos percebendo e sentindo que o estado de pânico é incentivado,

⁶ Como sujeito colonial, compreende-se toda pessoa que habita algum ponto da geografia da colonização. Ou seja, sujeitos coloniais são os colonizados e os colonizadores do passado e do presente. Entendemos que, na contemporaneidade, as relações coloniais ainda existem e, obviamente, violentam. Não existe o pós-colonial, no sentido de um período posterior à uma colonização. Apostamos numa análise que compreende a atualização de modos de colonizar e, conseqüentemente, novos modelos de ser um sujeito colonial. A decolonização do sujeito acontece no processo inventivo de resistências a essas novas formas de colonização.

a laicidade estatal dá lugar ao cristianismo compulsório, ao racismo, à lgbtffobia e à misoginia institucionais. Nesse cenário, a criança preta viada torna-se então um corpo perigoso, pecaminoso, sujo e promíscuo. E é justamente nessa insubalternização identitária e corpórea que a existência da criança preta viada torna-se potente. E é somente o desconfigurado quem consegue produzir pane na grande máquina “capitalística” que aniquila vidas. E a criança preta viada é essa desconfiguração.

Referências Bibliográficas

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100015>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Relatório de Violência Homofóbica no Brasil. 2013. Disponível em <http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: DOU, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 15 de maio de 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, v. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

_____. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. 6. ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LIMA, Carlos Henrique Lucas. **Linguagens pajubeyras: re(ex)sistência cultural e subversão da heteronormatividade**. Salvador: Devires, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1, 2018.

MISKOLCI, Richard. **O desejo de nação: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XXI**. São Paulo: Annablume, 2012.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes. **O diabo em forma de gente:** (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2017. Disponível em <http://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=17450&idprograma=40001016001P0&anobase=2017&idtc=1255>

PUAR, Jasbir. **“Prefiro ser um ciborgue a ser uma deusa”:** interseccionalidade, agenciamento e política afetiva. Revista Meritum, v. 8, n. 2, p. 343-370, 2013. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/meritum/article/view/2171/1331>

SILVA, Eder Amaral e. **A cruzada das crianças:** constelações da infância à penumbra. Seguida da tradução para o português de "Co-ire: album systematique de l' enfance", de René Schérer e Guy Hocquenghem, 1976. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

**INBETWEEN SPACES OF BODY, GENDER, SEXUALITY AND RACE:
ENCOUNTERS WITH OTHER CHILDREN AND CHILDHOODS**

Abstract: Narratives, images, scenes of children and childhoods appear in this writing with the purpose of highlighting other possibilities of understanding child subjectivities in dissident relationships with body, gender, sexuality and race. Children and childhood in this article, as intersectional effects of relations of knowledge and powers in their processes of subjectivation of deviations, allow us, in the power of their presences, to feel and desire life as a novelty, functioning as contradicting devices that weaken the desire for rule. The article in question draws on approximations with poststructuralist studies, childhood studies, studies of decolonies and queer. With the strength of these racialized and sexualized children, we may feel that other stories need to be told and valued.

Keywords: child, childhood, body, gender, sexuality, race.

Recebido: 18/05/2018.

Aceito: 01/06/2018.